

**GEOGRAFIA E *LAND*
GRABBING: ELEMENTOS
PARA UMA COMPREENSÃO
GEOGRÁFICA DO CONTROLE
DO TERRITÓRIO NO SÉCULO
XXI**

*GEOGRAPHY AND LAND
GRABBING: ELEMENTS FOR A
GEOGRAPHICAL UNDERSTANDING
OF TERRITORY CONTROL IN THE
21ST CENTURY*

*GEOGRAFÍA Y ACAPARAMIENTO
DE TIERRAS: ELEMENTOS PARA
UNA COMPRENSIÓN GEOGRÁFICA
DEL CONTROL DEL TERRITORIO
EN EL SIGLO XXI*

LORENA IZÁ PEREIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
(UNESP) / LAND MATRIX INITIATIVE -
PONTO FOCAL AMÉRICA LATINA E
CARIBE

E-MAIL: IZA.PEREIRA@UNESP.BR

Resumo:

O debate em torno do processo de *land grabbing*, entendido neste artigo como controle do território, ou seja, o poder de controlar o território e o acesso a ele, intensificou-se a partir da crise de sobreacumulação de 2007/2008. Como é um processo em ascensão, acadêmicos, governos e instituições multilaterais têm se dedicado a compreendê-lo. Algumas interpretações, que consideram o *land grabbing* como um processo homogêneo, têm se mostrado equivocadas. O objetivo deste artigo é realizar o debate do processo do *land grabbing* a partir da perspectiva analítica da Geografia. Para tanto, foi realizada ampla revisão bibliográfica sobre a temática. A conclusão foi que a Geografia apresenta uma significativa contribuição para o entendimento do processo porque permite uma abordagem territorial, escalar e geopolítica, possibilitando a captura da totalidade do *land grabbing*.

Palavras-chave: Estrangeirização da terra, território, Geopolítica, escala.

Terra Livre	São Paulo	ISSN: 2674-8355	Jul.-Dez./2022	37, v. 2, n.59	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	-----------------	----------------	----------------	-----------------

Abstract:

The debate about the land grabbing process, understood in this work, as land control - the power to control the territory and access to the territory through different relations - was intensified because of the 2007/2008 over accumulation crisis. As it is a process on the rise, academics, governments and multilateral institutions have been dedicated to understanding it. This has resulted in misinterpretations, since they tend to consider the land grabbing as a homogeneous process. The objective of this essay is to discuss land grabbing through the analytical lens of geography. To achieve this goal, we will exclusively use a bibliographical review on the subject. We argue that geography presents a significant contribution to the understanding of the process because it allows the territorial, scalar and geopolitical approach, allowing the capture of the entire land grabbing.

Keywords: Land foreignization, territory, Geopolitics, scale.

Resumen:

El debate en torno del proceso de acaparamiento de tierras, entendido en este artículo como control del territorio - el poder de controlar el territorio y el acceso a éste a través de distintas relaciones - se intensificó a partir de la crisis de sobreacumulación de 2007/2008. Como es un proceso en ascenso, académicos, gobiernos e instituciones multilaterales se han dedicado a comprenderlo. Esto ha resultado en interpretaciones equivocadas, ya que tienden a considerar el entonces llamado acaparamiento de tierras como un proceso homogéneo. El objetivo de este ensayo es debatir sobre el acaparamiento a través de la lente analítica de la geografía. Para alcanzar este objetivo utilizaremos exclusivamente de revisión bibliográfica sobre la temática. Defendemos que la geografía presenta una significativa contribución para el entendimiento del proceso porque permite el abordaje territorial, escalar y geopolítico, posibilitando la captura de la totalidad del acaparamiento de tierras.

Palabras-clave: Extranjerización de tierras, territorio, Geopolítica, escala.

Introdução

Este artigo é uma discussão conceitual crítica, realizada a partir de uma década de pesquisa acerca da estrangeirização da terra e controle do território no bojo da Geografia Agrária¹. A acumulação e a incorporação de novos territórios são estratégias utilizadas historicamente no regime capitalista por especuladores, especialmente em momentos de crise, que são intrínsecas no sistema de produção capitalista (HARVEY, 2005). Os ajustes espaço-temporais² são necessários, especialmente em momentos de crise de sobreacumulação³, para a reprodução do sistema capitalista. Desde a década de 1970, o capitalismo global passa por problemas relacionados com a sobreacumulação, caracterizada por uma diversidade de ajustes espaço-temporais fracassados (HARVEY, 2004).

Em 2007/2008, a questão da sobreacumulação atingiu o ponto máximo em escala global, marcado pela convergência (e narrativas) de diferentes crises⁴ – alimentar, ambiental, climática,

1 Este artigo é resultado das reflexões construídas durante a pesquisa de doutorado intitulada "A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo 17/21760-4, modalidade doutorado direto).

2 Em contextos de crises de sobreacumulação é necessário encontrar maneiras de absorção dos excedentes, onde a expansão geográfica e ajustes temporais são alternativas frequentemente utilizadas (HARVEY, 2004).

3 Destacamos que a crise de superacumulação ocorre “a partir da contradição própria do modo capitalista de produção, determinada pela tendência através da qual o desenvolvimento das forças produtivas diminui a capacidade da valorização do valor, ou seja, a capacidade de exploração de trabalho vivo em relação ao emprego de capital constante no processo produtivo” (MENDONÇA, 2018, p. 100). Neste sentido, a crise do capital não é resultado de uma sobreacumulação, mas sim pela impossibilidade de valorização do valor (MARX, 1970; MENDONÇA, 2018).

4 É necessário ressaltar que há narrativas de escassez utilizadas como justificativa para garantir a acumulação de capital (SCOONES, SMALLEY, HALL e TSIKATA, 2018). Um exemplo clássico é o argumento neomalthusiano de

energética e financeira. O resultado foi a utilização de diferentes estratégias para a manutenção de um sistema de acumulação do capital. Uma delas foi a expansão do interesse global por terras, particularmente terras para a produção agropecuária, ainda que tenham emergido outros usos e interesses no decorrer dos últimos anos, como para a implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs) (ALENTEJANO e TAVARES, 2019) e instalação de projetos de energia renovável, inseridos na seara do *green grabbing* ou apropriação verde (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; SAUER e BORRAS JR., 2016).

A terra, historicamente, é alvo de interesse por parte do capital, com objetivos de especulação tradicional (por meio de reserva de valor) e produção agropecuária. Porém, pela primeira vez, o capital especulativo enxergou como ativo financeiro, a partir do século XXI. A produção agropecuária sempre foi tratada com um determinado receio por parte do capital, porque é uma atividade com um certo grau de risco, especialmente devido a instabilidade da posse, de volubilidades climáticas e demais fatores que afetam a produtividade. Em um cenário caracterizado por uma crise de sobreacumulação, o capital impõe a necessidade de ajustes espaços-temporais (HARVEY, 2003 e 2018) para garantir a sua reprodução. Assim, ocorre a diversificação do portfólio de investimentos do capital financeiro que, por sua vez, busca novas estratégias e novos negócios mais seguros e rentáveis.

Com isso emerge um novo agente na corrida mundial por terras: os fundos de investimento, que transformam a terra em

aumento da população mundial coloca a necessidade de uma maior produção agrícola, frequentemente utilizado por agentes para justificar os seus investimentos. A questão da fome e acesso ao alimento já foi debatida por Josué de Castro (1959, p. 45) quando questionou “será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?”

ativo financeiro, pois adentram a lógica de mercado para a acumulação e colocam de lado as relações sociais (POLANYI, 2000; BARBANTI JR., 2017). A terra tornou-se o tema do século XXI, sendo parte fundamental de disputas Geopolíticas (SAUER, 2016). Não se trata mais de controlar a terra como fonte de poder e prestígio, mas sim da terra compreendida como um meio de produção para obter renda e acumulação, por meio da exploração direta ou indireta⁵.

Desde os primeiros anos do século XXI, especialmente após a crise financeira iniciada em 2007/2008, cresceu o interesse global por terras, intitulado pela academia como *land grabbing*. Tratam-se de operações comerciais (trans)nacionais de terras em torno da produção de alimentos e agrocombustíveis (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Vale mencionar que o *land grabbing* é um processo histórico, a própria expressão é citada por Marx (1970) no capítulo XXIV para abordar a acumulação primitiva. Todavia, o *land grabbing* na contemporaneidade é materializado de uma forma distinta e ímpar, resultado de processos que na atualidade são centrais, como a financeirização e o meio técnico científico informacional (SANTOS, 2017).

Como a ciência busca compreender o movimento da realidade, emergiu uma diversidade de pesquisas em diferentes âmbitos (acadêmico, governamental, sociedade civil, instituições multilaterais e movimentos sociais) sobre a temática, resultando em um verdadeiro *literature rush* (SAUER e BORRAS JR., 2016). Sobre as diferentes definições do processo, o único consenso sobre

⁵ Por exploração direta entendemos como aquelas que envolvem a apropriação direta do território, isto é, através de compra e arrendamentos. Por exploração indireta abordamos aquelas que não necessariamente envolvem a apropriação do território por meios legais como, por exemplo, por títulos de propriedade. Defendemos que o capital encontra novas formas, cada vez mais sofisticadas, de ter acesso e controlar o território.

ele é sobre o seu avanço após 2008 (EDELMAN, OYA e BORRAS JR., 2013). Diferentes áreas do conhecimento têm se dedicado a compreender o *land grabbing* de acordo com os seus enfoques e objetos de análise. As que mais se destacam – especialmente em escala internacional – são a economia política (FRANCO, BORRAS JR., ALONSO-FRADEJAS, BUXTON, HERRE, KAY e FEODOROFF, 2013) e as relações internacionais (BARBANTI JR., 2017; SOYER e BARBOSA JR., 2018; DIAS e LIMA, 2019). A Geografia, particularmente em âmbito nacional, embora tenha produzido estudos que remetem ao *land grabbing*, desde a década de 1980 (OLIVEIRA, 1988), tem se evadido do debate.

Quando discutimos o *land grabbing* (e processos relacionados) na Geografia, atenção demasiada é dada aos trabalhos de David Harvey (2003, 2004 e 2018), particularmente por meio da sua (re)formulação do conceito de acumulação primitiva de Marx (1970) e da sua proposta de acumulação por despossessão (ou espoliação). A formulação de cunho teórico proposta por Harvey (2003) para explicar o avanço territorial do capital no século XXI é importante e pertinente, mas não é a única e possível contribuição da Geografia para o estudo sobre a intensificação do interesse global em terras, isto é, *land grabbing*.

O objetivo deste artigo é fazer uma discussão conceitual crítica sobre o *land grabbing*, usando a perspectiva analítica de Geografia para além da acumulação por despossessão (HARVEY, 2003 e 2004). Argumentamos que a Geografia é uma ciência que possibilita compreender o processo de forma mais ampla, pois nos permite desenvolver três aspectos / características pouco considerados (geralmente esquecidos nas demais análises) sobre o *land grabbing*.

O primeiro corresponde à abordagem de território – compreendido como espaço multidimensional e multiescalar constituído por meio de relações de poder (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2009). Entendemos que o território deve ser utilizado como categoria de análise do *land grabbing*, visto que grande parte das pesquisas o consideram apenas como extensão de terras transacionadas, e não como um território que contém outros recursos e relações de poder⁶ (LI, 2014). Aqui cabe enfatizar que terra e território são elementos distintos, uma vez que território envolve relações sociais e de poder.

O segundo aspecto diz respeito à questão escalar, frequentemente citada nas pesquisas acerca do tema, mas apenas como escala de terras transacionadas ou escala de capital envolvido nos investimentos⁷, não considerando a escala do processo e a escala da ação. Isso banaliza a escala tanto como um conceito geográfico, quanto como uma noção, ou seja, a escala não é compreendida como uma construção de agentes e processos atuantes nos âmbitos global, regional e local. A escala acaba não sendo percebida a partir de fluxos contínuos, em uma via de mão dupla, como de fato deveria ser entendida, já que o *land grabbing* é um processo global, que se materializa no local.

O terceiro aspecto se relaciona com a relação Geopolítica, omitida nos estudos sobre o *land grabbing*, embora ela seja primordial, visto que o processo envolve relações de poder entre

⁶ Exemplos são as transações que envolvem projetos de energia eólica e solar e de infraestruturas.

⁷ Edelman (2016) destaca a escala como uma das *sete chaves* para compreender o *land grabbing*, porém não evolui no sentido de uma abordagem geográfica do tema, afirmando que: “considero que tenemos que pensar más en cuestiones de escala, no sólo en términos de las extensiones de tierra acaparada, sino también con relación a un conjunto de otros factores. El más significativo de estos es sin duda la escala de los capitales asociados con un proyecto determinado de *land grabbing*” (EDELMAN, 2016, p. 33).

diferentes agentes, incluindo Estados-nação. Esta questão é interessante porque permite trabalhar a Geopolítica a partir da crítica de Becker (2005), que nos alerta sobre a necessidade de (re)pensar o Estado (incluindo novos agentes), o território (multiescalar e multidimensional) e a Geopolítica para além da Geografia tradicional. A realidade se modifica e nos coloca diante de novas expressões e elementos, e o *land grabbing* pode ser considerado como um novo elemento geopolítico, que envolve interesses e relações de poder, não apenas entre Estados, mas também entre outros agentes, como corporações transnacionais e fundos de investimento. A Geopolítica elucida muitas características do processo de *land grabbing*, tais como: o motivo de um determinado país se apropriar de terras de outra nação; os critérios de seleção dos investimentos; o papel dos acordos de comércio e das relações exteriores; a influência da China e até mesmo dos blocos emergentes, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e MICs (*middle income countries*).

Considerando que o *land grabbing* é um processo político (HOLT-GIMÉNEZ, 2012), estes três aspectos nos direcionam para a uma proposta teórico-conceitual geográfica que enfoca o controle do território como expressão adequada para se referir ao *land grabbing*. Isso porque a essência do processo está no controle e não apenas na apropriação de terras em si, como propõem predominantemente as pesquisas focalizadas no *land grabbing*. Assim, o presente artigo está estruturado em três seções. Primeiro, dissertamos brevemente acerca das definições/compreensões de *land grabbing*, buscando entender as dimensões e escalas de análise presentes na academia sobre o tema. Segundo, desenvolvemos os três aspectos acima citados, que consideramos essenciais para uma

análise geográfica do *land grabbing*. Esta seção apresenta especificamente três subtópicos, um para cada elemento geográfico do processo aqui trabalhado: 1) território como categoria de análise do *land grabbing*; 2) o problema da escala do *land grabbing* e; 3) análise Geopolítica do *land grabbing*. Por fim, na terceira seção, estabelecemos uma definição de controle do território como uma proposta geográfica para compreender e designar o *land grabbing*.

O artigo foi desenvolvido por meio do diálogo entre teoria e empiria, proporcionado pelo desenvolvimento de uma década de pesquisas inseridas na Geografia e pela atuação no The Land Matrix Initiative (ponto focal América Latina e Caribe)⁸. Como procedimentos metodológicos, realizamos uma revisão bibliográfica acerca da temática de *land grabbing* e de processos relacionados. Além disso, nos valemos de resultados de trabalhos de campo realizados no Brasil e no Paraguai– para a construção da nossa proposta geográfica do *land grabbing*.

Franco et al. (2013) argumentam que a melhor *lente* para analisar o processo de *land grabbing* é a da economia política. Contudo, a partir deste artigo, defendemos que a perspectiva da economia política descreve o avanço capitalista sem considerar o espaço geográfico. Por isso, ela tem pouco a dizer sobre as dinâmicas, processos e relações sociais e territoriais que produzem e moldam o *land grabbing*. Assim, defendemos que a Geografia, por meio da sua leitura territorial, escalar e Geopolítica, é uma importante perspectiva para entender o *land grabbing*.

⁸ The Land Matrix Initiative é uma plataforma de monitoramento de grandes transações de terras em escala global. Os critérios utilizados no The Land Matrix Initiative são: transações iguais ou superiores a 200 hectares; negociações ocorridas no século XXI e que envolvam, necessariamente, uma mudança do uso do território. Maiores informações disponíveis em: <https://landmatrix.org/map>. Acesso em: 05 mar. 2023.

Literature rush: breve exame do debate sobre o land grabbing

O interesse por terras e a apropriação de terras são históricos e se materializam em ciclos⁹. Exemplos são o próprio cercamento de terras – *enclosures* – na Inglaterra no século XVI, abordados por Marx no capítulo XIV do *Capital I* (MARX, 1970), e as práticas coloniais europeias dos séculos XIX e XX (MOYO, YEROS e JHA, 2012). Embora nunca tenha cessado, neste início de milênio, o processo atinge um ponto jamais visto antes, resultado de processos como globalização, financeirização, mudanças Geopolíticas e, por conseguinte, convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a).

A princípio, a expressão *land grabbing* foi desenvolvida por ativistas que se opõem a estas transações (trans)nacionais de terras (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Porém, a mesma foi rapidamente apropriada por acadêmicos, instituições multilaterais, mídia e governos, inclusive modificando o seu direcionamento político¹⁰ (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Ou seja, o *land grabbing* virou manchete (HOLT-GIMÉNEZ, 2012). Desde 2009, há uma grande diversidade de pesquisas sobre o tema, sobretudo, em nível internacional. Nestes anos de pesquisas, analisamos 750

9 Os ciclos são distintos em cada nação, pois são resultados de processos globais e locais em interação.

10 Segundo Borrás Jr. e Franco (2010b), há uma despolitização da expressão, visto que ela foi absorvida pelas correntes convencionais de desenvolvimento e é utilizada cada vez mais como uma oportunidade de continuidade do processo, por meio do entendimento de que ele é inevitável. Assim, o *land grabbing* passa a ser visto por meio do discurso da regulamentação para facilitar o acesso do capital internacional às propriedades de terras e como uma alternativa para a maximização de oportunidades. Ou seja, já que os estados em que as terras são açambarcadas não são capazes de resolver o problema da pobreza rural, o *land grabbing*, se respeitar códigos de conduta, pode ser a alternativa para a solução do problema.

trabalhos científicos sobre a temática em todo o globo, identificamos duas fases nas pesquisas sobre o *land grabbing*.

A primeira fase compreende o período de 2009 a 2012, e mereceu o nome de fase *making sense*, isto é, fase do ‘fazendo sentido’ (EDELMAN, OYA e BORRAS JR., 2013; PEREIRA, 2017). Ela abarca as pesquisas precursoras, que buscavam responder questões amplas como “quem está envolvido e quem são os impulsionadores?”. Não é de se estranhar que a atenção estava toda focalizada sobre a quantificação das terras transacionadas (EDELMAN, 2013) e sobre a identidade dos agentes envolvidos no processo. No que tange a este último ponto, houve um foco excessivo sobre a necessidade de o *land grabbing* envolver agentes estrangeiros (SASSEN, 2013) – o que explica porque nos países de língua lusófona o processo foi livremente traduzido para ‘estrangeirização da terra’ (SAUER, 2011). Isso tem gerado, desde então, um intenso debate, visto que há visões conflitantes (FAIRBAIRN, 2015; WILKINSON, 2017), como a de que a utilização do termo estrangeirização escamoteia os agentes nacionais e a de que o capital não tem nacionalidade¹¹ (OLIVEIRA, 2012).

Argumentamos que esta postura ocorreu, e ainda ocorre, devido ao fato de a maior parte das transações de terras, especialmente no início deste novo ciclo, acontecerem obedecendo a dinâmica entre Norte (rico em capital, pobre em terras e expropriador) e Sul (pobre em capital, rico em terras e expropriado). Mas esta dinâmica foi superada na segunda fase das pesquisas, visto que é um processo que atinge todos os países do globo, cada qual com as suas particularidades. Ainda nesta fase, a análise era

¹¹ Defendemos que a origem do capital implica em distintas estratégias de territorialização e territorialidades.

feita com base no global, com poucos estudos de caso. Quando feitos, os estudos de caso eram focalizados em países africanos, com uma célebre africanização do *land grabbing*¹² (FEODOROFF, 2013).

Na fase intitulada *deepening our understanding*, ‘aprofundando nossa compreensão’, iniciada em 2013 e ainda em vigência, há uma virada qualitativa nas pesquisas sobre a temática (BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2017). A questão em torno da quantidade de hectares de terras transacionados passa para um segundo plano. Emergem análises mais apuradas, priorizando estudos locais, na tentativa de mostrar que o processo não é homogêneo. Neste momento, o foco se volta para o capital financeiro como um dos agentes, senão o principal, no novo ciclo do *land grabbing*, constituindo-se ainda como um elemento definidor da novidade do processo. Ademais, foram incorporadas novas escalas e países nas análises, incluindo o continente europeu (PLOEG, BORRAS JR. e FRANCO, 2015; KAY, 2016) e EUA (SILVA e OLIVEIRA, 2022; SILVA, SILVA e PEREIRA, 2023).

Outra questão importante é a inserção de novas faces do *land grabbing* no debate, para além da agricultura, englobando projetos de infraestrutura (PEDLOWSKI, 2013), turismo (COLORNI, 2018), *green grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; HOLMES, 2014), *ocean grabbing* (BARBESGAARD, 2016) e *resource grabbing* (ANSEEUW, 2013). Isso nos permite ter a noção da ampla dimensão e complexidade que o processo adquire. Na atualidade, por exemplo, não é possível debater o processo sem considerar a apropriação de terras por

12 As primeiras pesquisas abordavam o processo como exclusivo do continente Africano. Na realidade, a África é o principal destino dos investimentos em terras (LAND MATRIX, 2023), porém não é o único (KAY, 2016).

agentes capitalistas para a implantação de projetos de energia eólica no Brasil (TRALDI e RODRIGUES, 2022; PEREIRA, 2021).

Neste período, ocorre também um direcionamento dos impactos, resultante da apropriação de terras em larga escala, especialmente no tocante aos direitos humanos (COTULA, 2014; GILBERT, 2017), e das diferentes formas de resistência *from below* (desde baixo, em uma tradução livre) (HALL, EDELMAN, BORRAS JR., SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). Em geral, isto corresponde a uma fase mais crítica em relação às transações comerciais de terras, que acaba por não reproduzir discursos equivocados, como a afirmação de que apenas governos estrangeiros estão envolvidos no *land grabbing*, ou como a necessidade de incluir impactos sobre a segurança alimentar nos países receptores de negociação (FAO, 2012).¹³

É importante debater o *land grabbing* no Brasil, porque muitas questões da primeira fase das pesquisas não foram superadas, devido à resistência da academia brasileira a abordar o processo. Essa crítica vale para todas as áreas do conhecimento. Os poucos estudos no Brasil estão direcionados à definição/designação do processo, contendo um debate marcante em relação ao *land grabbing* versus estrangeirização da terra e à quantificação e identificação dos agentes envolvidos. Ainda, no Brasil, a abordagem geográfica tem sido pouco explorada. Há apenas estudos pontuais¹⁴

13 Em 2012 a FAO publicou o estudo *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*, no qual estabeleceu três critérios para definir o *land grabbing*: 1) envolver necessariamente transações acima de 1.000 hectares; 2) envolvimento direto de governos estrangeiros na compra de terras; 3) gerar impactos de ordem alimentar nos países-alvos do investimento.

14 Oliveira (2010, 2011, 2012 e 2014) dedica-se ao estudo do processo. Contudo, parte da visão da estrangeirização da terra como um processo histórico e que não apresenta expressividade no Brasil. Oliveira (2011) defende a estrangeirização da terra como 'farsa', isto é, como uma estratégia utilizada pelo governo brasileiro para tirar atenção da reforma agrária que não foi realizada no país. Fernandes

e, de certa forma, resistentes a uma compreensão mais ampla do processo (OLIVEIRA, 2010). Por isso, ao final deste artigo, propusemos uma definição geográfica do processo.

O território como categoria de análise do *land grabbing*

Neste artigo, entendemos o território para além de uma concepção conservadora, totalitária e unidimensional, na qual ele é entendido como Estado-nação. Nós o entendemos como uma construção social, gerada através do espaço, ou seja, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço (...) o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). Território é um espaço territorializado por relações de poder, o que corresponde à apropriação. Assim, entendemos o território por meio da multiescalaridade e da multidimensionalidade (FERNANDES, 2009).

Frequentemente, as pesquisas utilizam a expressão grande extensão territorial transacionada para se referir ao *land grabbing*, o que nos remete ao substrato espacial material, mas, diferentemente disso, “os territórios não são material tangível, palpável, mas sim campos de forças, que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas” (SOUZA, 2013, p. 89). Isso nos permite afirmar que as concepções hegemônicas de *land grabbing* tendem a coisificar o

(2011) também aborda a estrangeirização a partir da perspectiva geográfica, entendendo a mesma como elemento essencial para a compreensão da questão agrária no século XXI. Com o *boom* das pesquisas sobre a temática, a Geografia também tem avançado, o maior exemplo é a publicação de dossiê sobre estrangeirização da terra e *land grabbing* da Revista Campo-Território em 2016.

território, isto é, o território “se confunde com um pedaço qualquer da superfície terrestre” (SOUZA, 2013, p. 91).

Outra grande limitação desta abordagem é que ela não enfatiza que a terra é um recurso que contém outros recursos, como água, minérios e biodiversidade, ou como um recurso que produz alimentos. Esta abordagem trabalha com um caráter unidimensional da terra, escamoteando agentes, intencionalidades e elementos. Isto é exemplificado pelas empresas que adquirem terras para produção de energia eólica ou solar¹⁵, ou terras destinadas ao mercado de carbono, nas quais o objetivo não é ter acesso à terra, mas sim a recursos para além da superfície material.

Partindo do princípio de que o *land grabbing* não é apenas uma alternativa para a crise de sobreacumulação, mas sim para a conquista de poder (HOLT-GIMÉNEZ, 2012), e de que o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço (SOUZA, 2013). Assim, o território é a única categoria de análise capaz de capturar a essência do processo de *land grabbing*, pois permite compreendê-lo como relação social materializada no espaço por meio de relações de poder. Para tornar o conceito de território adequado para estudos de *land grabbing*, é necessário ampliá-lo para além da Geografia tradicional de Ratzel (1882 [1990]). Ademais, temos que ‘descoisificá-lo’, isto é, compreendê-lo para além da superfície material. Neste sentido é que se dirige a proposta de controle do território, visto que o objetivo do capital é controlar não apenas a terra, mas sim recursos e relações.

15 O Brasil apresenta um aumento no número de empresas de geração de energia solar e eólica. Inclusive há Proposta de Emenda Constitucional que propõe *royalties* do vento, a PEC 97.

A questão escalar

A escala é outra questão tratada inadequadamente nas pesquisas acerca do *land grabbing*, porque também é compreendida como extensão territorial (coisificada) ou de capital investido. Assim como o território, a escala não é entendida pela maior parte dos pesquisadores dedicados ao *land grabbing* como uma construção social, ou seja, isto corresponde à crítica de Racine, Raffestin e Ruffy (1983) sobre a escolha arbitrária e aleatória da escala. Esses autores enfatizam a necessidade de compreender a escala para além do recorte de análise e da observação.

Partindo do pressuposto de que as escalas não são dadas, é importante abordar a questão escalar a partir da correlação de escalas, da relação entre escalas e do mosaico de escalas (BRENNER, 2013), o que se constitui como tentativa de romper com o imaginário da escala modelo boneca russa.¹⁶ Outro ponto central é a escala da análise do fenômeno e da ação proposta por Souza (2013). A escala do fenômeno – social – corresponde à abrangência dos processos e, deste modo, no caso da nossa pesquisa, compreende a escala em que ocorre o processo de controle e estrangeirização da terra. A escala do controle e da estrangeirização é a global, uma vez que são processos que só podem ser compreendidos quando consideramos a globalização e a acumulação de capital, lembrando que a escala também produz diferenciação social (SMITH, 1988).

A escala de análise equivale à escala analítica, na qual é possível observar uma relação entre a escala do fenômeno e a escala de análise. A escala de análise não é um simples resultado da

¹⁶ Esse tipo de escala se encontra inserida em outra, sem relação entre si. Exemplo: local, nacional e mundial.

escala do fenômeno, mas é sim construída com base na escala do fenômeno. Partindo de Souza (2013), esta escala é construída na sua relação com o processo de *land grabbing*, e não é simplesmente dada. A escala da ação reflete o alcance espacial das práticas dos agentes e, como argumenta Souza (2013, p. 182), é “um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações e ao papel dos agentes/sujeitos”. Articulando esta afirmação com a pesquisa em desenvolvimento, a escala de ação seria global. No atual período de globalização neoliberal, os agentes que participam do agronegócio na escala de análise – Paraguai – são agentes nos quais o alcance espacial de suas práticas é global, ultrapassando fronteiras políticas.

Deste modo, as pesquisas acerca das transações de terra estão diretamente relacionadas com análise da escala espacial do capital (SMITH, 1988), porém geralmente não consideram que as escalas geográficas também são produzidas e transformadas através de diferentes processos econômicos, sociais e políticos, o que Souza (2013) propõe como construção social da escala. Assim, o cerne da questão escalar nas pesquisas acerca do *land grabbing* é que a escala não pode ser entendida na sua dimensão espacial, como recorte, mas sim como um processo de construção social multidimensional, que envolve interações espaciais e que torna as escalas do fenômeno, análise e ação únicas, ou seja, as escalas são heterogêneas porque são produtos sociais.

A análise Geopolítica do *land grabbing*

A questão Geopolítica é intrínseca ao *land grabbing*, embora as pesquisas pouco a considerem. Quando fazem isso, as

pesquisas reproduzem uma visão de Geopolítica tradicional, isto é, entendida como Geopolítica do Estado e da Geografia de guerra, formulada por Ratzel (1882 [1990]), como uma Geopolítica entendida por meio das disputas de poder no espaço, por Estados-nação. Essa reprodução ocorre porque, quando algumas pesquisas inserem o debate relacionando *land grabbing* e Geopolítica, consideram como agentes Estados ou empresas estatais e fundos soberanos, reproduzindo a Geopolítica de Estado. Assim, é preciso haver ‘desestatização’ da Geopolítica, no sentido de incluir outros agentes. Contudo, é importante também refletir sobre o Estado moderno (COSTA, 2013). Raffestin (1993) defende que é um equívoco a fetichização do Estado, reduzindo a ele todos os fatos relativos ao poder. No caso do *land grabbing*, esse é um equívoco comum.

Não há o fim do Estado – o novo esquema de acumulação não é resultado do livre jogo das forças de mercado e não está predeterminado pelo avanço tecnológico, mas sim por um processo social e político; o poder econômico se fortalece, mas a velocidade em passar à nova forma de produção e competir, é também produto político estabelecido por Estados (...) o Estado não é mais a única representação do político nem a única escala de poder, mas certamente é uma delas, mantendo-se ainda, embora com novas formas e funções (...) grandes corporações e bancos tomam as decisões e as executam, assumindo funções de governo, e tornando-se componente do Estado contemporâneo (BECKER, 2005, p. 298-299).

Becker (2005) defende a necessidade de repensarmos a Geopolítica no século XXI, ressaltando mais uma vez que os conceitos são históricos e refletem a realidade de um determinado contexto - a Geopolítica tem sido reformulada desde a segunda

metade do século XX, de acordo com o movimento da realidade. Quem controlava o território na Geopolítica clássica era o Estado-nação, única fonte detentora de poder. Hoje o território é controlado por uma rede de agentes. Houve mudanças nas concepções de território e de Geopolítica. O *land grabbing* é uma materialização da relação entre espaço e poder, logo também reflete uma questão Geopolítica, ou melhor, a expressão de uma mudança Geopolítica por meio da desnacionalização de territórios (SASSEN, 2013). Essa realidade ímpar exige cada vez mais que repensemos os elementos da Geopolítica que estamos construindo (BECKER, 2005), ressaltando mais uma vez que os conceitos são históricos e refletem a realidade de um determinado momento.

Ademais, há relações diplomáticas que explicam porque determinadas empresas investem em um país e não em outro. Um exemplo é a relação entre China e Paraguai. A China é considerada um dos principais agentes do *land grabbing* no século XXI, devido ao seu crescimento econômico, populacional e conseqüente mudança na dieta alimentar (HOLFMAN e HO, 2012; McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017). Contudo, a influência da China no Paraguai é restrita, porque historicamente ambos os países não mantêm relações diplomáticas pelo fato do Paraguai compor o grupo de países que reconhecem Taiwan como República independente¹⁷.

17. De acordo com McKay, Alonso-Fradejas, Brent, Sauer e Xu (2017), a soja é a *commodity* chave nas relações entre China e América Latina. A China é responsável por aproximadamente 60% da soja produzida no subcontinente e, embora a maior parte dessa soja seja oriunda do Brasil e Argentina, a China possui influência em todo o globo. No Paraguai, agentes chineses têm acessado o mercado através de aquisições de empresas *tradings* transnacionais que possuem negócios no país, como Syngenta e Nidera. A exportação de soja para a China ocorre através da Argentina (PEREIRA, 2022). A inserção do capital chinês no Paraguai evidencia a Geopolítica da Questão Agrária.

Para entender o processo de *land grabbing* na sua totalidade, é importante romper com a visão da Geopolítica de Estado de Ratzel (1882 [1990]), isto é, aquela na qual apenas o Estado, as empresas estatais e os fundos soberanos são agentes do processo, como propõe a FAO (2012). A própria expansão do interesse na apropriação de terras na primeira década do século XXI, na qual elementos singulares são a formação de blocos emergentes, como o BRICS, a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar (OLIVEIRA, 2012), e a convergência de múltiplas crises, mostra que a Geopolítica é um fator constante no processo e precisa ser repensada da forma como ela é recriada. Trata-se portanto de pensarmos uma Geopolítica da Questão Agrária.

Considerações finais

Diante do impasse criado em torno de como traduzir o *land grabbing* para o idioma português e da contribuição da Geografia para melhor compreender o processo de apropriação do território pelo capital, defendemos que o controle do território é a expressão que melhor denota o *land grabbing*, visto que a sua essência é o controle para a obtenção de benefícios que possibilitem a acumulação de capital. Os limites do território mudam de acordo com as estratégias de controle (SACK, 1986). Assim, o *land grabbing* se utiliza das estratégias de controle do território por meio da territorialização e territorialidade do capital via relações de poder.

Definimos o controle do território como um processo político e heterogêneo de apropriação de terras, de territórios e dos recursos

conexos, como água, fertilidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, relações sociais, culturais, econômicas. Esse controle ocorre via territorialização e territorialidade. A territorialização pode ser realizada por vários meios - compra do imóvel rural, arrendamento, contrato de parceria, contrato de gaveta, estratégias das corporações de constituir empresas em nome de terceiros com identidades nacionais, táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais, empresas de capital aberto e com ações *free float*¹⁸.

A via da territorialidade ocorre por meio do controle indireto, do controle dos insumos, das relações de produção, da comercialização e do processamento. Ou seja, há um controle a montante e a jusante, material e imaterial, permeado por relações de poder. Há a ascensão de novos mecanismos e de formas de controle cada vez mais sofisticadas, que não exigem a propriedade legal da terra. A transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso para empresas do agronegócio e para fundos de investimentos nacionais e internacionais, produz novos territórios e novas territorialidades. Além de múltiplos agentes, estratégias e dimensões, o controle ocorre em múltiplas escalas. Não depende apenas da aquisição de terras em larga escala, mas sim em médias e pequenas escalas (SIKOR, 2012; BORRAS JR., LIU, HU, LI, WANG, XU, FRANCO e YE, 2018). A questão maior não é a quantidade de hectares transacionados, como coloca a abordagem da FAO (2012), mas as transformações agrárias resultantes das transações. O controle altera as relações sociais de propriedade e de produção (KENNEY-LAZAR, 2012), incorporando de maneira adversa ou desterritorializando populações camponesas e

18 Ações destinadas à livre circulação e negociadas na bolsa de valores.

indígenas. Ao controlar o território, controla-se quem tem acesso a ele.

A Geopolítica, embora pouco considerada, explica sobre o avanço do controle do território, especialmente sobre as relações que permeiam os acordos de transferência, a escolha de determinado país para a territorialização e estratégias de controle. No Paraguai, por exemplo, os principais agentes que controlam o território são oriundos do Brasil, isto é explicado, em parte, pela presença Geopolítica do Estado brasileiro na América do Sul a partir da década de 1950 (PEREIRA, 2019). No século XXI a China, que se destaca como uma importante parceira comercial para o escoamento da soja produzida na América do Sul, encontra dificuldades de acessar o território paraguaio justamente pelo fato do Estado reconhecer Taiwan como república independente (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Assim, no século XXI, com a ascensão de blocos emergentes e uma nova ordem mundial de caráter multipolar, repensar a Geopolítica e o controle do território é cada vez mais necessário.

Ainda no aspecto Geopolítico é importante nos atentarmos para as agendas internacionais que envolvem Estados e organismos multilaterais no combate às mudanças climáticas. As soluções para as crises ambiental e climática postas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo estão pautadas no mercado de serviços ambientais e não em uma alteração efetiva do modelo predatório. Assim, as políticas das mudanças climáticas (FRANCO e BORRAS JR., 2019) reforçam o controle do território, sobretudo nas periferias do capitalismo, no sentido da condição de estar à margem do poder e na dependência ao centro capitalista, como bem expressa o tema desta edição da Terra Livre.

Por fim, vale sublinhar que os conceitos não são despregados da história, logo, o atual contexto nos exige repensar relações e dinâmicas. O território entendido como um espaço multiescalar e multidimensional no qual os sujeitos/agentes projetam as representações de suas relações de poder (RAFFESTIN, 1993), a escala compreendida como construção social de processos em interação, a Geopolítica concebida para além do Estado-nação como único detentor do poder e a partir da necessidade de se repensar os novos elementos e dinâmicas, é neste sentido que defendemos uma abordagem geográfica do *land grabbing*, aqui proposto como controle do território, na medida em que permite capturar a essência do processo, que é o controle do território para a garantia da acumulação e reprodução do capital.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, jan.-jun./2019.

ANSEEUW, Ward. The rush for land in Africa: resource grabbing or green revolution? **South Africa Journal of International Affairs**, v. 20, n. 1, p. 159-177, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

BARBANTI JR, Olympio. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. **Estudos Internacionais**, v. 5, n.2, p. 132-154, 2017.

BARBESGAARD, Mads. Blue growth: saviour or ocean grabbing? VI Critical Agrarian Studies Colloquium, The Hague, 2016. **Anais..**: The Hague, 2016.

BECKER, Berta. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. BECKER, Berta; HAESBAERT,

Rogério; SILVEIRA, Carmen Beatriz (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 01-21, 1983.

BECKER, Berta. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 271-307, 2005.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010a.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. From Threat to Opportunity? Problems with the Idea of a "Code of Conduct" for Land Grabbing. **Yale Human Rights and Development Journal**, v. 13, n. 2, 2010b.

BORRAS JR, Saturnino; LIU, Juan; HU, Zhen; LI, Hua; WANG, Chunyu, XU, Yunan; FRANCO, Jennifer; YE, Jingzhong. Land control and crop booms inside China implications for how we think about the global land rush. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 134-151, 2018.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, n. 33, p. 198-220, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

COLORNI, Ruben Rosenberg. **Tourism and land grabbing in Bali – a research brief**. Amsterdam: Transnational Institute, 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 2013.

COTULA, Lorenzo. **Addressing the human rights impacts of land grabbing**. Brussels: Policy Department DG External Policies, European Parliament, 2014.

DIAS, Atos; LIMA, Thiago. Aquisição transnacional de terras: peculiaridades e continuidades de uma novidade velha. LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos (Org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional** – Brasil e China em perspectiva. Recife: FASA, p. 57-80, 2019.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc. **Estudios agrarios críticos**: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FAIRBAIRN, Madeline. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour comprendre et analyses l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

FRANCO, Jennifer; BORRAS JR., Saturnino M. Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research. **Land Use Policy**, v. 84, p. 192-199, 2019.

GILBERT, Jérémie. **Land grabbing, investment and indigenous peoples' rights to land and natural resources**: cases studies and legal analysis. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2017.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. Resistance, acquiescence or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica – Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOFMAN, Irna; HO, Peter. China's 'developmental Outsourcing': a critical examination of Chinese global 'land grabs' discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

HOLMES, George. What is land grabbing? Exploring green grabs, conservation and private protected areas in Southern Chile. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-04, 2012.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe – a research brief**. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

KENNEY-LAZAR, Miles. Plantation rubber, land grabbing and social-property transformation in Laos. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1017-1037, 2012.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions**, v. 39, p. 589-602, 2014.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a

new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MENDONÇA, Maria Luisa. **A economia política do agronegócio**. São Paulo: Annablume, 2018.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen, Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 set. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, p. 17-103, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**: concentración y extranjerización. Santiago: FAO, 2012.

PEDLOWSKI, Marcos A. When the state becomes the land grabber: evidence and dispossession in the name of 'development' in Brazil. **Journal of Latin American Geography**, v. 12, n. 3, p. 91-111, 2013.

PEREIRA, Lorena Izá. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. "**A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito**": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. A Geopolítica da estrangeirização da terra: as estratégias dos agentes chineses para o acesso ao território paraguaio. **OKARA: Geografia em Debate**, v. 16, n. 1, p. 20-42, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A 'questão de Taiwan' sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este, Paraguai). **Revista Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 2, p. 147-162, 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFY, V. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 45, n. 1, p. 133-145, 1983.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). MOARES, Antonio Carlos Robert de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 32-107.

SACK, Robert. **Human territoriality**: its theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2017.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, sem paginação, 2011.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TSIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 01-11, 2018.

SIKOR, Thomas. Tree plantations, politics of possession and the absence of land grabs in Vietnam. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1077-1101, 2012.

SILVA, Geovana de Oliveira Porto da; SILVA, Thiago Lima da; PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras agrícolas dos Estados Unidos nos anos 1970: análise de um debate público. **Revista NERA**, v. 26, n. 65, p. 187-215, jan.-abr., 2023.

SILVA, Thiago Lima da; OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Land foreignization in the USA and the transnational cooperation of social movements: the role of USFSA. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p.18-41, set.-dez., 2022.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Território' da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOYER, Gabriel de Azevedo; BARBOSA JR, Ricardo. Estrangeirização de terras nas Relações Internacionais do Brasil. **Contextualizaciones Latino-Americanas**, ano 18, n. 1, p. 01-17, 2018.

VESENTINI, José William. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica**. Campinas: Papyrus, 2003.

VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. **Agricultural Human Values**, p. 01-14, 2016.

WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização da terra no Brasil. MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, p. 39-51, 2017.

Submetido em: 06 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 17 de março de 2023.

Aprovado em: 26 de março de 2023.

IZÁ PEREIRA, L. Geografia e land grabbing: elementos para uma compreensão geográfica do controle do território no século XXI. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2918>. Acesso em: 22 jul. 2023.